

O Brasil colonial: administração e economia mineira

O governo-geral

Em fins de 1548, o mesmo dom João III criou o governo-geral do Estado do Brasil.



Cronologia do governo-geral

- 1548 – Criação do governo-geral do Estado do Brasil, instalado em Salvador, Bahia, em 1549.
- 1574 – O governo-geral do Brasil é dividido por algum tempo entre a Bahia e o Rio de Janeiro, sendo reunificado em Salvador em 1578.
- 1621 – Criação do Estado do Maranhão, abrangendo o Norte e parte do Nordeste brasileiro, até o Ceará; com autonomia em relação ao Estado do Brasil, sua sede permaneceu em São Luís, no Maranhão, até 1737, quando foi transferida para Belém, no Pará, e sua denominação mudada para Estado do Grão-Pará e Maranhão; foi extinto em 1774.
- 1640 – Alguns governadores-gerais, pertencentes aos escalões superiores da nobreza do reino, recebem o título honorífico de vice-reis; a partir de 1720, o título seria inerente ao cargo.
- 1763 – Transferência definitiva da sede do governo-geral do Estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro.



População brasileira – séculos XVI-XVIII

Ano	1550	1576	1583	1600	1660	1690	1700	1766	1780	1798
Habitantes	15 000	17 100	57 000	100 000 (1)	184 000 (2)	242 000	300 000	1 500 000	2 523 000	3 250 000

Fonte: FIBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil*, vol. 3. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, p. 28.

(1) – Compreende 30 mil brancos, 70 mil mestiços, negros e índios.

(2) – Compreende 74 mil brancos e indígenas livres e 110 mil escravos negros.

* Estimativa baseada em diversos autores citados por R. Simonsen, *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 6. ed. São Paulo, Nacional, 1969, p. 271.

Rica e frágil: a economia mineira

O início da grande exploração de ouro no Brasil ocorreu num momento de dificuldades econômicas e políticas de Portugal na Europa. Entre essas dificuldades estavam as grandes despesas do Estado português nas lutas da Restauração de 1640, contra a Espanha, e os custos da guerra contra os holandeses no Brasil. Havia ainda a perda da tradicional parceria comercial com a Holanda e a redução dos lucros no comércio do açúcar brasileiro.

Para agravar esse quadro, Portugal vira-se obrigado a fazer pesadas concessões econômicas e políticas à Inglaterra, seu novo aliado na Europa. Portugal precisava dessa aliança para proteger-se de outras potências. Para consolidá-la, firmou com os ingleses sucessivos acordos políticos, diplomáticos e comerciais. Esses acordos culminaram com o Tratado de Methuen* de 1703, desfavorável à balança comercial portuguesa e, por isso, comprometedor para o desenvolvimento econômico do país.

Nessa conjuntura difícil, a riqueza das minas de ouro e diamantes do Brasil abria novas perspectivas: injetar recursos na combalida economia portuguesa, atrair à colônia parte da força de trabalho ociosa ou subutilizada da metrópole, aumentar as rendas da Coroa e pagar os déficits comerciais crescentes do país. Foi esta última perspectiva que acabou despertando maior interesse e orientando a política portuguesa para a mineração brasileira: investir pouco e tirar muito.

Francisco M.P. Teixeira. *Brasil, história e sociedade*. Editora Ática, 2002.

As hierarquias na sociedade do Brasil colonial



3 ▶ Sempre atento aos detalhes do cenário social e natural do país, o pintor e gravurista Jean-Baptiste Debret procurou nesta prancha reproduzir os vários tipos de negras africanas que encontrou no Rio de Janeiro e suas ocupações. Trata-se de um testemunho exemplar da diversidade étnica e cultural que os africanos trouxeram para o Brasil.

Os donos de terras, engenhos, lavras e escravos formavam a camada dominante — a *nobreza da terra* — ao lado de ricos comerciantes, contratadores de impostos, traficantes de escravos, altos funcionários civis e autoridades religiosas e militares. Proprietários de menos terras, pequenos comerciantes, funcionários de baixo escalão, vigários de paróquias distantes, artesãos, artistas, profissionais liberais e oficiais de baixa patente constituíam o que em geral se chama de camadas médias. Os trabalhadores livres, mas de pouco ou nenhum recurso, fossem brancos, índios, negros ou mestiços — mulatos, mame-lucos, cafuzos, caboclos, cabras, etc. —, formavam uma camada inferior. Abaixo deles, estavam os escravos — negros, mestiços ou índios — que, além de não disporem de recursos, não tinham domínio sobre sua própria existência 6.

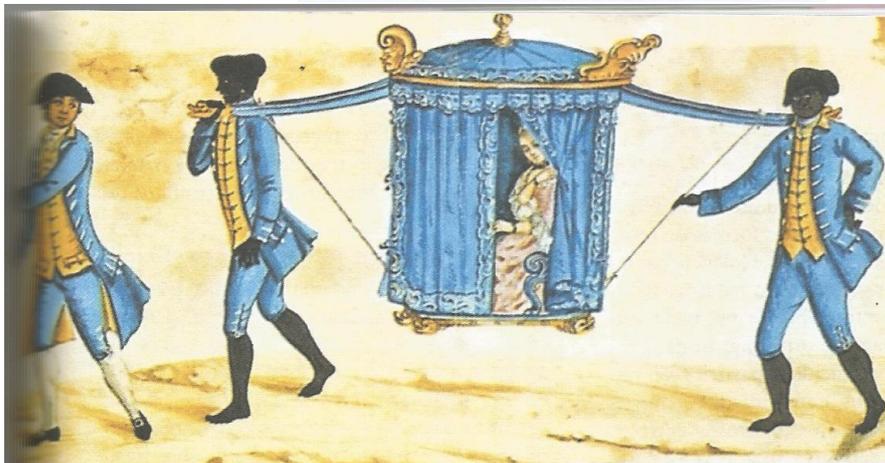
Francisco M.P. Teixeira. *Brasil, história e sociedade*. Editora Ática, 2002.

▶ O trabalho escravo

A escravidão africana tornou-se predominante no Brasil no início do século XVII, sendo utilizada tanto nos centros urbanos como nas zonas rurais e de mineração. Nos centros urbanos, existiam os escravos domésticos (que se ocupavam de tarefas caseiras), de ganho e de aluguel.

Os escravos de ganho trabalhavam em diversas funções remuneradas: transportadores de cargas e de pessoas, vendedores ambulantes, barbeiros, curandeiros, prostitutas, “negras de tabuleiros” e outras atividades. Parte do dinheiro obtido nesses serviços era repassado aos senhores, mas os escravos conservavam uma parcela, utilizada em alimentação, vestuário, compra de ferramentas e, eventualmente, na alforria, ou seja, a compra da liberdade.

Os escravos de aluguel, por sua vez, eram alugados a terceiros para o desempenho das mais variadas tarefas e estavam sujeitos a duros castigos e torturas: chicotadas, palmatória, correntes com peso e muitas outras punições.



COLEÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA, GABINETE DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DA ENGENHARIA MILITAR, LISBOA

Status da aristocracia colonial: a cadeirinha carregada por escravos indica a alta posição social da mulher representada. Obra de Carlos Julião, segunda metade do século XVIII.

P. Ramos Braick e M. B. Mota, *História, das cavernas ao 3º milênio*, Ed. Moderna 2010.